

Portal da CUT

Debate sobre conceito de trabalho escravo movimentou semana no Congresso

14/07/2014

Projeto de regulamentação da emenda será votado terça-feira (15) no Senado

Escrito por: Hylda Cavalcanti - Rede Brasil Atual

Passado o período da Copa do Mundo e mesmo com o Legislativo vivendo um recesso branco, a próxima terça-feira (15) promete ser de movimentação na Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação Constitucional do Senado. Os parlamentares colocaram na pauta a votação, em definitivo, do projeto de regulamentação da Emenda Constitucional 81 (EC 81), a chamada emenda do trabalho escravo. A apreciação da matéria teve três adiamentos desde junho e está cercada por temas polêmicos, motivo pelo qual deputados e senadores prometem se mobilizar para discutir os itens a serem apresentados.

Caso seja aprovado, o projeto segue para votação no plenário do Senado e será encaminhado para sanção presidencial. Caso sofra alterações, volta a tramitar. O problema é que vários itens do texto elaborado pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), são criticados por muitas entidades de Direitos Humanos e pelos próprios parlamentares que se debruçaram na elaboração da emenda do trabalho escravo nos últimos anos. Muitos declararam que o momento exige esforço para evitar que a matéria não apresente retrocessos em relação ao teor da EC 81.

Volta no tempo

"A regulamentação não pode significar uma volta no tempo sobre tudo o que já foi discutido e achamos que o texto atual tem retrocessos. Então, a matéria precisa ser mais bem debatida", afirmou a presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, senadora Ana Rita (PT-ES), que, desde a aprovação da proposta, promete acalorar a discussão desta terça-feira.

Romero Jucá informou, na última semana, que acolheu 29 das 55 emendas sugeridas por senadores e repetiu a declaração dada anteriormente de que a matéria é importante para o país. A visão defendida por ele, entretanto, é de que ser necessário cuidado para não serem cometidas injustiças na definição do trabalho escravo – que, a seu ver, "é muito subjetiva". "O que é sumamente revoltante para alguns pode não o ser para outros, principalmente porque as condições de trabalho em geral não são lá essas maravilhas nos campos distantes, nas minas, nas florestas e nas fábricas de fundo de quintal", justificou.

Porém o que o senador chama de injustiça é repellido por muitos parlamentares, sobretudo no tocante ao conceito de trabalho escravo para fins da expropriação de imóveis. Com base nos argumentos que apresentou, Jucá manteve no texto a definição original do projeto, que considera trabalho escravo "a submissão ao trabalho forçado, sob ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal."

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ana Rita, no entanto, trabalham para que seja caracterizado o trabalho escravo quando o trabalhador for submetido a "jornada exaustiva" e "condições degradantes", forma estabelecida pelo Código Penal, no artigo 149, ao definir o crime de "redução a condição análoga à de escravo" (art. 149).

Brechas

Outro ponto de divergências é o fato do relator ter mudado o texto no item referente à expropriação dos imóveis onde forem encontrados trabalhadores em situação análoga à escravidão, para acrescentar que estarão sujeitos à expropriação "apenas os imóveis onde houver exploração de trabalho escravo diretamente pelo proprietário". A mudança, segundo ele, tem o objetivo de resguardar, por exemplo, o dono de imóvel alugado em que o locatário é o único responsável pela prática, mas é vista como perigosa. Tem sido criticada, principalmente, pelo fato de vir a abrir brechas na legislação e permitir o uso de imóveis alugados por terceiros.

Também é alvo de discussões o artigo incluído pelo relator que proíbe a inscrição de acusados de exploração de trabalho escravo em cadastros públicos sobre o tema antes que a ação transite em julgado.

Pontos positivos

Apesar de todo o debate, algumas modificações ao texto feitas por Jucá foram elogiadas pelos deputados e senadores responsáveis pela elaboração da EC 81. A primeira delas é o item em que o proprietário não poderá alegar desconhecimento da exploração de trabalho escravo por representantes, dirigentes ou administradores. A segunda foi a retirada da necessidade de trânsito em julgado da ação penal como condição para dar entrada na ação de expropriação.

O senador aceitou incluir no relatório a possibilidade de imóvel registrado em nome de pessoa jurídica ser expropriado. E acolheu as emendas de plenário que pediram que os bens apreendidos em decorrência da exploração de trabalho escravo sejam revertidos ao Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT), no projeto original, os valores de tais bens seriam depositados num fundo específico de combate ao trabalho escravo.

“Reconhecemos avanços nestes aspectos, mas sabemos que os pontos polêmicos são bastante fortes e podem derrubar o trabalho de anos. Por isso, é preciso ficar de olho na votação de terça-feira”, afirmou o sociólogo Ronaldo Soares, da Comissão Pastoral da Terra (CPT). “Não podemos deixar um tema importante como o combate ao trabalho escravo ser esvaziado”, acentuou. Soares disse que várias entidades da sociedade civil pretendem acompanhar a sessão da comissão para participar do debate e pedir pela manutenção da EC 81 nos termos defendidos durante a aprovação.

Portal da CTB

Campanha Salarial dos Bancários da Bahia e Sergipe ganha força com Conferência Interestadual

A Campanha salarial começa a tomar forma com a Conferência Interestadual. Bancários da Bahia e Sergipe se reúnem nos dias 19 e 20 de julho, no hotel Portobello, em Ondina, Salvador, a partir das 8h, para discutir o que deve ser prioridade na pauta de reivindicações a ser defendida na Conferência Nacional, entre os dias 25 e 27 de julho.

O tema deste ano é Avançar nas conquistas. Os trabalhadores reconhecem as vitórias obtidas nas últimas campanhas, como o reajuste salarial. Na última década, a categoria garantiu ganho real de 18,3%.

Outra conquista é a valorização do piso. O ganho real dos últimos dez anos é de 38,7%. Graças às fortes mobilizações, os bancários arrancaram do setor mais lucrativo da economia, avanços em outras frentes, como o vale-cultura no valor de R\$ 50,00 mensais para quem recebe até cinco salários mínimos.

Sem dúvida, grandes conquistas. No entanto, é preciso muito mais. O assédio moral e a pressão fazem da categoria bancária líder em doenças ocupacionais. As péssimas condições de trabalho, as demissões, a insegurança e as altas taxas de juros são problemas que merecem atenção especial e devem ser discutidos com todos, afinal afetam o conjunto da sociedade.

Programação da Conferência Interestadual:

Sábado – 19 de julho/2014

08h00min – Credenciamento

09h00min – Abertura

09h30min – Conjuntura: Agenda Política da Classe Trabalhadora

Expositor: Marcos Verlaine (assessor do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar).

10h30min – Debate

12h00min – Almoço

14h00min – Emprego/Remuneração e Resultado da Consulta dos Bancários

Expositor: Vinicius Lins (assessor sócio econômico do SBBA)

14h30min – Estratégia e pauta da Campanha Salarial

Expositor: Emanuel Souza (FEEB-BA/SE)

15h00min – Debate

8h30min – Confraternização

Domingo – 20 de julho/2014

09h00min – Plenária Final:

Calendário de Mobilização e Eleição dos Delegados para 16ª Conferência Nacional dos

Bancários

12h30min – Almoço

Portal da CSB

Projeto permite saque do FGTS para pessoas com doenças graves

Como justificativa da lei o Senador responsável pelo projeto alega que os gastos com medicamentos é uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo trabalhador e pela família

Projeto do senador Pedro Taques (PDT-MT) permite o saque do saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença grave ([PLS 198/2014](#)). A legislação atual ([Lei 8.036/1990](#)) prevê que apenas os que se encontram em estágio terminal podem sacar o dinheiro do fundo.

Na justificativa da proposta, o senador afirma que “não é consonante com a dignidade da pessoa humana, exigir-se que o trabalhador chegue a um estágio terminal de saúde para ter direito a sacar o saldo de sua conta no FGTS e tentar uma sobrevida, impedindo que busque um tratamento de saúde que melhor lhe satisfaça antes que chegue ao referido estágio”.

Entre as dificuldades enfrentadas pelo trabalhador e sua família durante o tratamento, em sua justificativa, o senador lembra os gastos elevados com medicamentos que, em muitos casos, não se encontram disponíveis na rede pública de saúde. Nesse sentido, a alteração proposta "vai ao encontro do dever do Estado de implementar políticas que objetivem a melhoria da saúde e dignidade da população", explica Pedro Taques.

O parlamentar observa, ainda, que a medida pode significar até mesmo garantir as condições para a recuperação ou a estabilidade da saúde, a depender da doença e do estágio em que se encontra. Caberá ao regulamento estabelecer os casos de doenças graves que possibilitarão o saque do FGTS.

A matéria aguarda designação de relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa.

FGTS

O FGTS foi criado na década de 1960 com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Mensalmente, os empregadores são obrigados a depositar, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8% da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração comissões, gorjetas, gratificações, etc e a gratificação de Natal (13º salário). Os recursos constituem uma poupança vinculada do trabalhador.

O projeto do parlamentar amplia os casos hoje previstos em lei para o saque dos recursos do fundo: situação de restrição de renda enfrentada pelo trabalhador; obtenção de recursos para financiar a casa própria; ou situação de estágio terminal.

Também pode ser feito o saque dos recursos do FGTS nos casos de término de contrato por prazo determinado; culpa recíproca ou força maior; rescisão por extinção da empresa; gravidade decorrente de desastre natural por chuva ou inundação; aposentadoria; suspensão total do trabalho avulso por 90 dias ou mais; morte do titular da conta; idade igual ou superior a 70 anos; portadores do vírus da Aids e em casos de câncer; contas inativas ou vinculadas ao FGTS sem depósito por pelo menos três anos seguidos.

Fonte: Agência Senado

Portal Mundo Sindical

Professores da rede municipal do Recife devem deflagrar greve na terça

Os professores do Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife (Simpere), que decretaram estado de greve em assembleia na última quarta (9), prometem deflagrar a paralisação por tempo indeterminado na próxima terça (15), depois de uma nova reunião. Entre as demandas, eles pedem implementação da revisão feita pelo sindicato no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), além de implementação imediata da aula atividade, que destina uma parte da carga horária mensal dos professores para planejamento de aulas.

Segundo a categoria, uma reformulação do PCCR já foi feita pelo sindicato, mas a Prefeitura do Recife deseja fazer uma nova reunião para discutir essa modificação. "A revisão já foi feita e entregue à prefeitura. Ela deveria enviar para a câmara para ser aprovada. Mas a prefeitura agora quer fazer uma nova comissão para acrescentar uma avaliação de desempenho para progressão funcional, que acreditamos ser antissindical", alega uma das integrantes da direção do Simpere, Simone Fontana.

As reivindicações incluem a lei do piso, o aumento na titulação dos professores, o descongelamento das gratificações e a aposentadoria especial para professores que não estão em regência. "A Prefeitura fez um acordo e não cumpriu [em relação à implementação da aula-atividade]. O que foi decidido é que ela seria obrigatória, teria um professor pra substituir, iria diminuir a carga horária dos docentes. Mas ao invés disso, temos o pagamento de abono salarial para alguns professores", critica Fontana.

A Lei do Piso, de 2008, confere que 1/3 da carga horária mensal dos professores seja reservada em atividades fora de sala de aula, como planejamento e formação continuada. A Prefeitura do Recife deu aos professores a escolha de terem a aula atividade ou ganharem o abono salarial, já que trabalhariam ao invés de ter a aula atividade.

"Ocorre que vários docentes procuraram diretamente a Secretaria de Educação solicitando a manutenção do abono. Diante das inúmeras solicitações, a partir de julho [de 2014], a Secretaria resolveu dar aos professores o direito de escolher a opção que melhor lhes convém: continuar recebendo o abono ou reduzir a carga horária com os estudantes em 1/3", afirma a prefeitura, por nota. Ainda em relação à aula atividade, a gestão frisa que a lei pode ser implementada aos poucos.

A prefeitura rebate as críticas do PCCR afirmando que as alterações só podem ser realizadas depois de um longo debate. "A última vez que o PCCR foi alterado foi em 2008, portanto não é algo que pode ser modificado da noite para o dia, sem discussão. Por esse motivo, as secretarias de Educação e de Administração e Gestão de Pessoas entendem que o PCCR só pode ser alterado após

um amplo debate, para que possa atender aos anseios da categoria e também às novas diretrizes desta gestão”, aponta a gestão municipal.

Fonte: G1 - 14/07/2014

Portal Mundo Sindical

JBS demite 60 em Barretos e trabalhadores temem fechamento de unidades

A JBS, considerada empresa líder mundial em processamento de carne bovina, demitiu, nesta sexta-feira (11), 60 funcionários do frigorífico que mantém em Barretos (423 km de São Paulo). A direção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Alimentação da cidade afirmou que teme novas demissões nos próximos dias.

A unidade tem cerca de 1.400 funcionários. A JBS confirmou as demissões e afirmou, por meio de sua assessoria, que elas foram necessárias para um ajuste realizado na produção. De acordo com a assessoria, a "oferta de matéria-prima ficou bastante reduzida ao longo dos últimos meses e, diante dessa nova realidade de mercado, a JBS fez os ajustes necessários", informou.

INCENTIVO FISCAL

O presidente do sindicato, Luiz Carlos Anastácio, afirmou que a empresa exige do Estado de São Paulo incentivos fiscais, o que foi concedido no Estado do Rio de Janeiro. "Se não acontecer o acordo (com o governo de São Paulo), a empresa pode fechar três unidades no Estado, incluindo Barretos", disse Anastácio. De acordo com ele, as unidades listadas são a de Lins (431 km de São Paulo) e Andradina (578 km de São Paulo), além da de Barretos. Ao todo, são 12 mil funcionários.

A assessoria da JBS afirmou que não há previsão para fechamento das unidades de Barretos, Lins e Andradina. A assessoria não se manifestou sobre a questão dos incentivos fiscais. Ainda segundo o sindicato, o salário médio dos funcionários demitidos nesta sexta é de R\$ 1.200.

Fonte: TN Online - 14/07/2014

Portal Mundo Sindical

Em reunião com o sindicato de jornalistas, Abril afirma que não haverá demissões

Em recente reunião com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), a direção da Editora Abril afirmou que a empresa não planeja realizar nenhum tipo de demissão em massa de jornalistas, informou o site da entidade na última quinta-feira (10/07).

Segundo o SJSP, a entidade recebeu seguidas informações de que "poderia haver uma demissão de grande número de jornalistas, com o eventual fechamento de títulos". A entidade afirma ainda que a preocupação cresceu com a demissão de 105 funcionários administrativos realizada pela empresa em junho, como parte do processo de "reestruturação da Abril Mídia".

Na reunião, a Abril disse que está tomando medidas internas para enfrentar as dificuldades e que se houver qualquer alteração neste cenário o SJSP será comunicado. Participaram o presidente do SJSP, Guto Camargo, e o diretor Paulo Zocchi, funcionário da Abril.

Fonte: Portal Imprensa - 14/07/2014

Portal Mundo Sindical

Banco do Brasil é condenado a pagar R\$ 5 milhões por assédio moral a gerentes no Piauí

O Banco do Brasil foi condenado a pagar R\$ 5 milhões por expor gerentes à cobrança de metas no Piauí por meio de mensagens de celular e e-mail. A justiça determinou, ainda, que o banco deve contratar profissionais especializados em saúde mental no trabalho, para elaboração de diagnóstico sobre as condições organizacionais. Essa realidade de abuso de metas se tornou cotidiana não somente no Piauí, mas em agências do BB de todo o Brasil. De acordo com a diretora do Sindicato dos Bancários do Estado (Sindibancários-ES), Goretti Barone, no Espírito Santo a situação não é diferente.

"Muitos bancários convivem com a cobrança de metas e as ameaças de descomissionamento pelo não atendimento do acordo de trabalho, o que têm causado adoecimento entre os trabalhadores, com casos como os de depressão, além de afastamentos. O sindicato já tem uma ação coletiva de assédio moral no Ministério Público contra o Banco do Brasil, baseado em uma denúncia formal de uma bancária. Para que a entidade abra processo contra um banco é necessário que haja denúncia formalizada. Por isso, recomendamos que aqueles que tiverem seus direitos violados forneçam informações e provas. O sindicato conta com um setor jurídico à disposição para atender os bancários, além de acompanhamento realizado pela Secretaria de Saúde do Sindicato", explica Maristela.

Além das denúncias dos trabalhadores, uma pesquisa feita pelo sindicato comprova a insatisfação dos bancários em relação às metas. De acordo com o estudo, 61,27% dos funcionários do Banco do Brasil acham as metas difíceis de serem cumpridas, 31,22% acham impossíveis e 5,87% acreditam que as metas estabelecidas são normais, possíveis de cumprir.

Assédio moral

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 42% dos trabalhadores brasileiros já sofreram assédio moral. Segundo o Ministério do Trabalho, as principais vítimas são mulheres, negros e homossexuais. Dados do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT/ES) mostram que no ano passado foram julgados 612 processos relacionados a assédio moral nas 1ª e 2ª instâncias.

Fonte: Século Diário - 14/07/2014

Portal Mundo Sindical

Sindicato de Sorocaba entrará com ação contra a Jaraguá

O Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região (Smetal) deve entrar, hoje, com uma ação contra a Jaraguá Equipamentos Industriais por conta do atraso no depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) dos funcionários. A empresa pediu recuperação judicial no último mês e afirma passar por dificuldades no setor de óleo e gás, o que tem prejudicado o pagamento de credores. Fundada em Sorocaba, em 1957, a Jaraguá tem ganho destaque no noticiário nacional nos últimos meses. A planta da empresa localizada em Itapevi foi fechada e o receio do Smetal é de que o mesmo ocorra com a unidade de Sorocaba.

A aparição da Jaraguá Equipamentos no noticiário nacional, nos últimos meses, tem ocorrido por dois motivos. Na primeira, a empresa é citada em reportagem da revista Época em um suposto esquema de pagamento de propina derivada de contratos feitos com a Petrobras. Outro problema levou o nome da Jaraguá a aparecer no jornal Valor Econômico. Desta vez, por conta do pedido de recuperação judicial feito em junho. De acordo com a reportagem, a empresa alega que dificuldades no setor de óleo e gás e uma margem de lucro muito curta resultaram em problemas em seu fluxo de caixa. A estimativa é de que o volume de dívidas da empresa seja da ordem de R\$ 500 milhões, metade do faturamento da empresa ao longo de 2013.

Problemas de gestão

Para o presidente do Smetal, Ademilson Terto, os problemas da Jaraguá são preocupantes, uma vez que ela emprega cerca de 500 funcionários na unidade de Sorocaba. "Essa situação é consequência da gestão que a Jaraguá teve, não é o setor", diz. Segundo ele, no intuito de crescer, a empresa adquiriu demais e sem planejamento, ficando imersa em dívidas. "E aí tem o fato de que essa situação vai impactar diretamente nos trabalhadores", avalia.

Os problemas de gestão apontados por Terto resultaram na perda de contratos com clientes, sendo o principal deles a Petrobras. "Ela fez um projeto que orçou para a Petrobras por 'x' e, no final, era três vezes mais caro", destaca. Por conta disso, a Jaraguá pediu a readequação do contrato, algo que foi rejeitado pela Petrobras.

Demissões

A Jaraguá contava com 600 funcionários na planta de Sorocaba antes da crise. Porém, de acordo com o presidente do Smetal, esse número caiu para 500 nos últimos meses. Terto ressalta que, pouco a pouco, os empregados têm sido demitidos pela empresa. "Isso nos preocupa bastante e, antes que o restante seja demitido, vamos fazer visitas importantes para contribuir que ela saia dessa situação", diz.

A empresa também não deposita as parcelas do FGTS de seus funcionários há mais de um ano, esclarece Terto. Por conta disso, o Smetal entrará com ação judicial, hoje, contra a empresa. Outra questão que pode gerar nova ação do sindicato é o atraso frequente no salário dos colaboradores. "Se ela continuar atrasando vale e pagamento, vai caber ação de rescisão indireta, porque, quando atrasa essas coisas, ela está caminhando para uma falência, para um cenário pior."

Terto afirma que o sindicato tem se colocado à disposição da Jaraguá com o objetivo de negociar soluções com credores e clientes. "Vamos a Brasília ou à sede da Petrobras, no Rio de Janeiro, chamaremos os sindicatos. Tudo o que a gente quer é recuperar a Jaraguá, porque a empresa tem grande importância aqui em Sorocaba e não podemos assistir a essa situação", explica. No entanto, ele reitera que a empresa também precisa se movimentar para reverter este cenário. O presidente conta que o Smetal deve se reunir com os representantes da Jaraguá, de modo que seja feito um diagnóstico dos problemas a serem enfrentados.

Fonte: Anderson Oliveira/Cruzeiro do Sul - 14/07/2014

Portal Mundo Sindical

RJ: Pauta da Construção Civil foi entregue ao Sindicato Patronal

A pauta de reivindicações dos trabalhadores da Construção Civil foi entregue ao Sindicato Patronal (Sinduscon-SF) para o início das negociações da Campanha Salarial da categoria, que tem como data base 1º de julho. Segundo a direção do Sindicato da Construção Civil, a pauta foi aprovada em assembléia com os trabalhadores.

Inda de acordo com a direção do Sindicato, entre os seus principais itens da pauta está a reposição da inflação mais 15% de ganho real. Com essa reivindicação, de acordo com a direção do Sindicato, os trabalhadores querem equiparar os ganhos da Construção Civil aos índices conquistados na Convenção Coletiva do setor da construção pesada já negociada e aprovada, retroativa a 1º de fevereiro.

Além da pauta de reivindicações, que contém um total de 24 itens, os trabalhadores também deliberaram na última assembleia um calendário semanal de organização e mobilização, com reuniões todas as segundas-feiras, sempre às 18 horas, no auditório da nova sede do Sindicato. Nestas reuniões a diretoria estará atualizando os companheiros sobre o andamento das negociações e debatendo as estratégias para os enfrentamentos que se fizerem necessários no decorrer da campanha salarial da categoria.

A diretoria do Sindicato solicita a presença nestas reuniões de no mínimo dois trabalhadores de cada empresa do setor. O objetivo é garantir maior representatividade da categoria e possibilitar maior poder de voz e voto a todos.

Fonte: A Voz da Cidade - 14/07/2014

Monitor Mercantil, 15/07/14

Itaú terá que indenizar em R\$ 160 mil por perseguições após licença

Uma bancária que sofreu sucessivas transferências e foi rebaixada de função ao retornar ao trabalho após nove meses de licença para tratar câncer de mama receberá R\$ 160 mil por dano moral. O Itaú Unibanco S/A tentou trazer ao TST sua pretensão de reduzir o valor da condenação, mas a Quinta Turma rejeitou seu agravo de instrumento, por concluir que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) decidiu com base nas provas e, ao fixar o valor da indenização, considerou a extensão do dano, a condição econômica das partes e o grau de culpa do banco.

O Itaú foi condenado pelo juízo da Vara do Trabalho de Almenara (MG) a indenizar em R\$ 50 mil a bancária por dano moral, por considerar que houve abuso no poder diretivo do banco, que "atuou de forma discriminatória e sem qualquer comprometimento social para com aqueles trabalhadores que tiram licença por motivo de saúde".

Admitida em 1979 como escriturária, a trabalhadora foi caixa e depois gerente operacional, até ser demitida em 2011. Nos últimos quatro anos de contrato, disse ter sofrido perseguições da chefia. A licença para tratamento do câncer ocorreu em 2006, e, em fevereiro 2007, quando retornou, ainda abalada e com quadro depressivo pela retirada da mama e pelos tratamentos, foi transferida para Governador Valadares.

Na reclamação trabalhista, ela afirma que "implorou à chefia" para não ir, devido à necessidade de estar próxima da família, mas não foi atendida. A partir daí, segundo ela, as perseguições aumentaram: foi rebaixada de função e deslocada para várias cidades da região, cobrindo férias de funcionários de agências pequenas, sempre como caixa. De 2008 a 2011, foram 18 transferências.

Tendo como parâmetro depoimentos de testemunhas, o juízo concluiu que havia discriminação por parte do banco em relação aos empregados afastados por longo período, que eram deslocados para atividades menores, transferidos de agência e submetidos a extrema pressão psicológica.

Contra a sentença as partes recorreram ao TRT-MG - a bancária para aumentar o valor da indenização, e o Itaú para ser absolvido. O Regional constatou que houve "verdadeiro abuso do poder diretivo" por parte do banco, e elevou para R\$ 160 mil o valor da indenização.

O agravo de instrumento pelo qual o Itaú pretendia destrancar seu recurso de revista e levar o caso à análise pelo TST foi desprovido pela Quinta Turma. O ministro Emmanoel Pereira, relator do agravo, reiterou ser incabível recurso de revista ou embargos para reexaminar fatos e provas, conforme estabelecido na Súmula 126 do TST.

A decisão foi unânime. O Itaú opôs embargos de declaração, ainda não examinados pela Turma.

Fonte: TST

Portal da CUT

FEM-CUT/SP inicia negociação da Campanha Salarial com bancada do G3 na quarta (16)

14/07/2014

Primeira rodada acontece às 14h30 na sede do Sindipeças, em Santo Amaro

Escrito por: FEM-CUT/SP

A FEM-CUT/SP inicia a negociação da Campanha Salarial com a bancada patronal do Grupo 3 (que reúne os setores de autopeças, forjaria e parafusos) na quarta-feira (16), às 14h30, na sede

do Sindipeças. A pauta de reivindicações (*abaixo*) foi entregue para as seis bancadas patronais em 16 de junho.

A data-base do ramo metalúrgico é 1º de setembro e estão em Campanha 215 mil metalúrgicos no Estado, sendo que deste total 51,5 mil trabalham nas empresas da base do G3.

Neste ano só serão negociadas as cláusulas econômicas; as sociais têm validade de dois anos e estão em vigor até 31 de agosto de 2015.

Ganho real e licença maternidade

O presidente da Federação Metalúrgica cutista, Valmir Marques da Silva, Biro-Biro, destacou que a FEM e os 14 sindicatos metalúrgicos filiados farão uma Campanha Salarial articulada e com mobilizações. "20 negociações do setor metalúrgico fechadas até maio no Brasil obtiveram ganhos reais. O governo federal anunciou medidas de incentivo à indústria que ajudarão a aquecer os setores e isso terá reflexos positivos neste segundo semestre. Portanto, lutaremos por um aumento real justo", conta Biro.

Outra reivindicação da FEM-CUT/SP é a Licença Maternidade de 180 dias. Hoje, a maioria dos grupos patronais já concede este importante direito na base da Federação, com exceção do Grupo 8 e Estamparia, cuja cláusula é facultativa e no G10 são apenas 150 dias. "Queremos que estes setores unifiquem e concedam os 180 dias como um direito pleno da mulher metalúrgica", finaliza.

Pautas de reivindicações da FEM-CUT/SP

Reposição dos salários pelo índice integral da inflação;

Aumento real de salário;

Valorização dos pisos;

Licença Maternidade de 180 dias para os grupos patronais que ainda não concedem este benefício às trabalhadoras; Redução da jornada de trabalho para 40h semanais sem redução no salário.

Base FEM-CUT/SP em Campanha

A data-base da categoria é 1º de setembro e estarão em Campanha cerca de 215 mil metalúrgicos, de um total de 251 mil na base da FEM no Estado. Neste ano só serão negociadas as cláusulas econômicas, as sociais têm validade de dois anos e estão em vigor até 31 de agosto de 2015.

Grupo 2 (máquinas e eletrônicos)

Total: 89,139 mil

Grupo 3 (autopeças, forjaria, parafusos)

Total: 51,531 mil

Grupo 8 (trefilação, laminação de metais ferrosos; refrigeração, equipamentos ferroviários, rodoviários entre outros)

Total: 41,872 mil

Grupo 10 (lâmpadas, equipamentos odontológicos, iluminação, material bélico entre outros)

Total: 23,825 mil

Estamparia

Total: 5,337 mil

Fundição

Total: 3,941 mil

Total: 215, 645 mil metalúrgicos em Campanha. Lembrando que a FEM-CUT/SP representa 251 mil metalúrgicos na base (neste dado estão incluídos os setores aeroespacial e montadoras)

Fonte dos dados: Subseção do Dieese da FEM-CNM/CUT

Agenda

Rodada FEM-CUT/SP e Grupo 3

Data: 16 de julho (quarta-feira)

Horário: 14h30

Local e endereço: Sindipeças, Av. Santo Amaro, 1386 –SP

Organizado por Ernesto Germano